



## VINCULAÇÃO E AUTONOMIZAÇÃO EM LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE EM PORTUGAL: AS OPINIÕES DOS TÉCNICOS SOBRE A PERCEPÇÃO DE ADULTOS EX-INSTITUCIONALIZADOS

João Pedro Gaspar<sup>1</sup>, Luís Alcoforado<sup>1</sup>, Eduardo Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Portugal  
Email para correspondência: [lalcoforado@fpce.uc.pt](mailto:lalcoforado@fpce.uc.pt)

### Resumo

Sendo a institucionalização o principal destino, em Portugal, dos menores em risco, este trabalho surge no seguimento de um estudo que visa compreender a autonomização de adultos e jovens adultos que viveram longos períodos em instituições de acolhimento, recorrendo a dezenas de entrevistas biográficas, das quais ressaltam alguns dados merecedores de uma reflexão transversal e aprofundada. Para esse efeito, recolheram-se opiniões sobre as principais questões levantadas, de técnicos operacionais de diversas entidades envolvidos na problemática de crianças e jovens em risco, nomeadamente, nos institucionalizados em Lares de Infância e Juventude. Procurou-se alargar o leque dos *players* envolvidos, abrangendo uma dezena de entidades - tuteladas por quatro Ministérios - e profissões muito díspares, tentando que as opiniões emanadas espelhassem reflexões pessoais, fugindo à vinculação da entidade à qual pertencem, antes defendendo o ponto de vista de quem está no terreno e tem uma visão muito próxima das problemáticas em análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças e Jovens acolhidos; Autonomização; Transições; Acolhimento e integração social

### Abstract

Once institutionalizing is the main destination in Portugal of minors at risk, this paper follows on from a study that aims to understand the empowerment of adults and young adults who have lived long periods in institutions, using dozens of biographical interviews, from which highlight some data worth a transversal and depth reflection. To this end, opinions were collected on the main issues raised, from technicians operating in various entities involved in the issue of children and youth at risk, particularly in people institutionalized in Homes for Children and Youth. We tried to expand the range of players involved, including about a dozen entities - overseen by four different ministries - and very different professions, with personal reflections, without association with their entities, but defending the point of view of whom is in the field and has a very close view of the issues under consideration.

**KEY-WORDS:** Children and Youth in Foster homes; Institutionalization; Transitions; Welcoming and Social Integration

### 1. Introdução

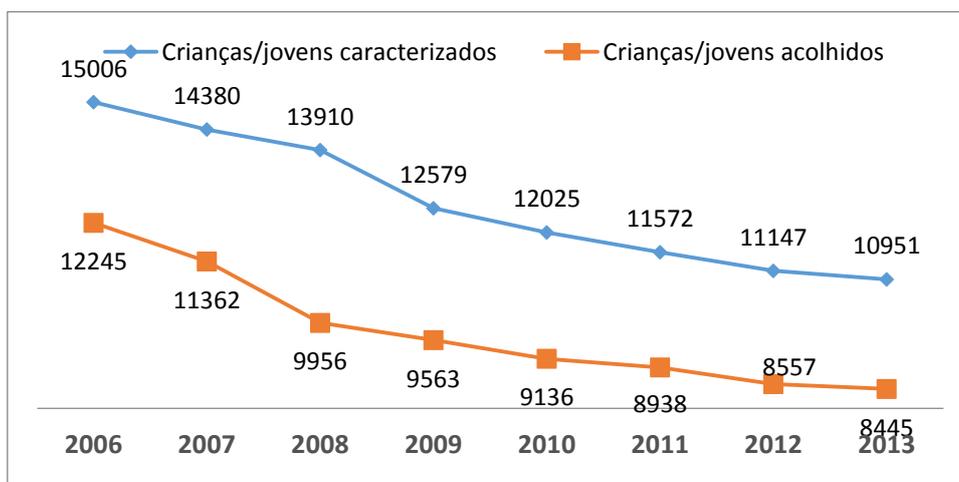
Em Portugal, o acolhimento institucional assume-se como o principal destino dos menores em risco, maioritariamente em Lares de Infância e Juventude (LIJ), sendo numerosos os casos em que essa experiência se prolonga no tempo - mais de uma

década de permanência. O fim do acolhimento por parte destes jovens adultos que, em muitos casos, apenas conheceram a instituição como único lar, a que chamam casa, assume-se como um momento marcante das suas vidas, tornando-se indispensável que tenham construído um conjunto de competências pessoais e sociais de forma a permitir-lhes enfrentar uma vida de progressiva autonomia e responsabilidade. Procurando caracterizar este problema e enquadrando as questões críticas da institucionalização de crianças e jovens em Portugal, temos a panóplia de respostas sociais que o atual Sistema Nacional de Acolhimento abarca:

- ↳ Unidade de Emergência – visa assegurar o acolhimento imediato de crianças e jovens, entre os 0 e os 12 anos, em situações de perigo grave, real, atual e iminente, por um período que não deve ultrapassar as 48 horas;
- ↳ Centro de Acolhimento Temporário – destinado ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, por um período que não deve ultrapassar os seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção, tendo como objetivo central a realização de diagnósticos e a definição de projetos de vida;
- ↳ Lar de Infância e Juventude (LIJ) – prevê o acolhimento de adolescentes e jovens adultos com mais de 12 anos em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medidas de promoção e proteção, tendo como princípio genérico proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias;
- ↳ Famílias de Acolhimento – famílias habilitadas e tecnicamente enquadradas asseguram às crianças/jovens, predominantemente com idades entre os 12 e os 17 anos, os cuidados adequados às suas necessidades, que a família biológica não pode garantir.

Existem ainda outras respostas de acolhimento não especificamente destinadas à população de crianças e jovens em perigo, como “Casa de Acolhimento de Emergência”, “Centros de Apoio à Vida”, “Lares Residenciais”, “Apartamento de Autonomização”, “Comunidade Terapêutica”, “Comunidade de Inserção” ou “Casa Abrigo” que em alguns casos recebem menores em risco.

**Gráfico 1 – Crianças e jovens acolhidos e caracterizados de 2006 a 2013**



Fonte: Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento. Lisboa: ISS.

Em 2013 o número de crianças e jovens acolhidos nestas respostas sociais ascendia a 8445, embora no mesmo ano, o volume processual global das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), atingisse os 37220 ativos. O gráfico 1 expressa, nos últimos oito anos, uma clara tendência para a redução não só do número de crianças/jovens caracterizados, mas também de menores acolhidos, tendo-se verificado uma redução de 3688 acolhimentos em sete anos, ou seja 30,1%.

Complementando os dados do Instituto da Segurança Social, importa analisar os Relatórios de Avaliação da Atividade das CPCJ, documento anual que tem por base o relatório elaborado por cada uma das 365 Comissões existentes em Portugal.

**Tabela 1 – Evolução do fluxo processual nas CPCJ de 2006 a 2013**

	Transitados	Instaurados	Reabertos	TOTAL	Arquivados	ATIVOS
2006	23712	25209	2026	50947	18980	31967
2007	30320	29547	3141	63008	28895	34113
2008	33394	29279	3986	66659	31748	34911
2009	34416	28401	4079	66896	31871	35025
2010	34753	28103	5444	68300	35501	32799
2011	34243	27947	5751	67941	31232	36709
2012	33605	29149	6253	69007	33379	35628
2013	33821	30344	7402	71567	34347	37220

Fonte: relatórios anuais de avaliação da atividade das comissões de proteção de menores

Desde 2006 o número de processos instaurados aumentou (embora haja ultimamente uma tendência de queda gradual), o que aliado ao incremento de processos reabertos, explica que apesar do número de arquivamentos ter subido bastante, os casos ativos acompanhados pelas CPCJ, são cada vez mais.

Relativamente à escolaridade das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2013 e na sequência dos anos anteriores, o insucesso escolar assume alguns dados preocupantes<sup>1</sup>:

- ✓ 53% Do total de crianças com 11 anos ainda estavam a frequentar o 1º ciclo;
- ✓ 62% Das crianças com 13 anos não completaram o 2º ciclo e apenas 31% frequentavam o 3º ciclo;
- ✓ Quase 39% dos menores com 14 anos não completaram o 2º ciclo;
- ✓ Dos jovens com 15 ou mais anos 37,5% saíram com a escolaridade obrigatória e destes, mais de 1/5 concluíram o 9º ano frequentando currículos alternativos<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> Fonte: Plano de Intervenção Imediata (PII), 2012

Dos casos acompanhados, a negligência é responsável por cerca de um terço do total das situações de risco, seguida da exposição a comportamentos desviantes. As situações de perigo em que esteja em causa a educação, mau trato psicológico e mau trato físico são os restantes casos mais representativos. No entanto, tem-se verificado um aumento das situações em que estaria em causa o direito à educação. Em praticamente 90% dos casos acompanhados pelas CPCJ, os menores foram mantidos em meio natural de vida. Já nos acolhidos, os LIJ apresentam uma esmagadora representatividade, importando assim conhecer melhor esta resposta social.

A problemática em estudo ganha então importância acrescida pelo número de menores referenciados pelas CPCJ e de acolhidos, que resultam numa orla razoável da população jovem portuguesa, não se vislumbrando, no imediato, uma redução significativa (2013 foi o ano com mais acolhimentos iniciados), atendendo à atual conjuntura econômica nacional e global. Sendo o acolhimento institucional necessário, torna-se importante aferir aspetos negativos e limitações (indicando caminhos), mas igualmente compreender as potencialidades e oportunidades da institucionalização, considerando-a complementar a outras respostas.

Da análise de narrativas de adultos, nomeadamente relativas à sua experiência de institucionalização prolongada, em Lar de Infância e Juventude, Quintães (2009) concluiu que estes não proporcionavam relações afetivas significativas e securizantes, sobressaindo antes a descontinuidade, a mudança, ruturas e perdas sucessivas. Neste seguimento, um dos problemas que se coloca às Instituições de acolhimento, é permitir um fio condutor que ajude a alcançar a progressividade e transversalidade, necessariamente presentes desde a admissão, pois aliviaria o facto de a maioria dos jovens em processo de desinstitucionalização não apresentarem um conjunto de competências necessárias para um bom prognóstico no processo de integração social, sendo comum integrarem projetos de autonomia para os quais não estão estruturalmente preparados. Também os dados recolhidos por Lima (2010), apontam claramente no sentido de que o apoio à concretização de um projeto de vida deve subsistir para além da saída da Instituição.

Seria incompreensível que os LIJ visassem apenas a satisfação das necessidades básicas e a proteção face à situação de perigo/delinquência, tornando-se fundamental

---

<sup>2</sup> Considerou-se o 9º ano como escolaridade obrigatória

permitir um percurso acadêmico e profissional, bem como um ambiente favorável para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo<sup>3</sup>. As instituições, ao assumirem o lugar central na vida dos menores acolhidos, proporcionam relações entre pares, funcionários e técnicos, determinantes no percurso de vida de cada sujeito, constituindo um apoio essencial na formação da sua identidade, pelo que é fundamental que os cuidadores favoreçam interações afetivas estáveis e recíprocas, pois alguns serão modelos identificatórios positivos, além de símbolos de segurança e proteção.

Alguns estudos como Schlossberg, Waters & Goodman (1995) reportam para a importância da instituição em criar mecanismos de suporte na transição que corresponde ao acolhimento e de apoio na fase de saída dos Lares. Desta forma, os jovens adultos desenvolverão mecanismos de resposta que permitirão uma adaptação às novas etapas das suas vidas.

A necessidade de compreender os processos de autonomização, bem como aspetos que concorreram para transições favoráveis nos diversos contextos de vida (social, profissional e familiar), foi o objetivo de um trabalho inserido num estudo mais amplo, que recorreu à análise de 24 relatos autobiográficos (de um total de cerca de 100) de adultos e jovens adultos, acolhidos em LIJ enquanto menores e que por lá viveram durante vários anos. Procuraram-se descrições relativas ao percurso de vida antes, durante e após a saída do acolhimento institucional.

Trechos deste estudo já se encontram publicados, ou no prelo, destacando-se dados que se configuraram como passíveis de uma abordagem mais profunda, desde logo, envolvendo diversos atores que no terreno trabalham com estas pessoas<sup>4</sup>.

Da importância da relação entre o apoio e as competências desenvolvidas enquanto institucionalizados e a posterior integração na sociedade, emergiu a necessidade de compreender se a percepção técnica e operacional corroborava ou divergia das conclusões daquela pesquisa. Questões como o entendimento que os jovens adultos intervenientes no estudo analisado neste artigo têm do corte abrupto com o meio familiar e social de origem, quando da entrada no Lar, bem como do “desaparecimento”

---

<sup>3</sup>Em Junho de 2012, o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa, anunciou a criação de mais vagas para acolher crianças e jovens em risco, adiantando ainda que 300 profissionais vão dar apoio pedagógico nas instituições. Considerando a situação muito grave indicou vontade de melhorar o seu funcionamento, para combater as taxas de insucesso escolar na ordem dos 50% nos jovens institucionalizados, anunciando o lançamento do Plano Casa, que inclui medidas como a colocação de professores a tempo inteiro nas CNPJCR ou respostas especiais na área da formação e da empregabilidade de jovens que entram em idade de procurarem uma ocupação profissional.

<sup>4</sup> Revista Electrónica Polêmlca, Revista Psicologia Clínica e Revista Lusófona de Educação

da Instituição de acolhimento após a sua saída, do pouco investimento da maioria dos cuidadores e a importância dos que se entregaram acima do profissionalismo, contribuindo para o seu desenvolvimento e as suas atuais características pessoais e sociais, são alguns pontos abordados, embora o insucesso escolar e outros aspetos mais globais sejam igualmente evocados.

É neste quadro que surge o presente artigo, no qual foi solicitado, a especialistas e profissionais que intervêm nesta área que comentassem o essencial das opiniões recolhidas nas entrevistas biográficas dos jovens adultos ex institucionalizados. Neste trabalho convoca-se o contributo de diversos *players* neste mosaico complexo que envolve a institucionalização de menores, servindo de base para uma análise reflexiva e articulada, da visão de intervenientes/entidades envolvidos nesta problemática.

Em Portugal as políticas públicas direcionadas a crianças e jovens em risco não têm exclusividade de qualquer ministério, pelo que, para um entendimento mais abrangente, foi necessário recorrer a profissionais da justiça, educação, ordem, segurança social, entre outros, nunca preterindo quem está no terreno em prol de técnicos normalmente com funções e visões mais burocráticas.

## 2. Metodologia

Para a última parte do nosso trabalho de pesquisa, que se relata neste texto, optamos por assumir a sugestão de Mayring (2002), para quem a ideia base da análise fenomenológica é a de que se deve partir da perspectiva de cada indivíduo, das suas estruturas subjetivas de significados, razão porque neste trabalho, procurando-se uma análise mais circunstanciada, determinados fenômenos foram comparados em diferentes contextos, e analisados em diversas perceções e construções pessoais, procurando, posteriormente, uma triangulação das intersubjetividades encontradas. Privilegiou-se uma análise direcionada em detrimento de uma descrição ampla do campo em estudo, trabalhando as funções descritas por Mayring (2002): descritiva, ao desenvolver uma compreensão mais vasta, com base nas perspectivas dos sujeitos; heurística, visto procurar novas perspectivas, transformando-as em práticas de pesquisa; crítica, pois as abordagens foram questionadas nas várias áreas de atuação, procurando clarificar as razões das situações relatadas.

Então, nesta fase, partindo das principais conclusões retiradas das opiniões dos jovens adultos ex institucionalizados, resultantes de uma análise de conteúdo sequenciada

(BARDIN, 1977; MAYRING, 2002), foi pedido a diversos profissionais com responsabilidades técnicas no âmbito da execução das políticas públicas que emitissem os comentários que lhes parecessem mais adequados.

Desta forma, após um levantamento das entidades que de alguma forma contactam com a realidade das crianças e jovens em risco - nomeadamente os menores institucionalizados em LIJ e, mais concretamente, nas duas instituições abrangidas no trabalho enunciado anteriormente - nomeadamente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o Instituto de Reinserção Social, a Segurança Social, a Direção Regional de Educação do Centro, o Departamento de Investigação e Ação Penal, os Lares de Infância e Juventude, o Tribunal de Família e Menores, a Polícia de Segurança Pública, o Observatório Permanente da Adoção e os próprios Lares de Infância e Juventude envolvidos no estudo, foram estabelecidos contactos oficiais (presencialmente e/ou por via telefónica), no sentido de os responsáveis<sup>5</sup> indicarem quem seriam os mais indicados para participar nesta pesquisa. Tentou-se através do anonimato e confidencialidade fugir a respostas “politicamente corretas”, procurando opiniões de quem “está no terreno” e vive constrangimentos e virtudes do sistema e dos menores. Dada a transversalidade do tema, entendeu-se que as responsabilidades políticas se distribuem por quatro Ministérios<sup>6</sup>: Educação e Ciência, Solidariedade e Segurança Social, Administração Interna e Justiça, sendo assumido desde logo que as opiniões emitidas pelos participantes não vinculavam as Instituições onde exercem funções, apenas davam conta do seu entendimento pessoal.

Da interseção das conclusões do estudo por nós realizado (já explicitado na introdução deste artigo), com os dados do Plano de Intervenção Imediata<sup>7</sup> e do Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2012<sup>8</sup>, optamos por submeter à reflexão dos participantes, as seguintes sínteses conclusivas:

1. É notória a perceção que os intervenientes no estudo têm do corte abrupto com o meio familiar e social de origem quando da entrada no Lar de acolhimento e do “desaparecimento” da instituição após a sua saída. Pode ainda concluir-se que nas Instituições em estudo, os acolhidos praticamente não encontraram relações com cuidadores afetivas significativas e securizantes, sobressaindo as relações de quase indiferença ou mesmo ruturas e perdas sucessivas.

---

<sup>5</sup>Em alguns casos foram os responsáveis pelas entidades contactadas que entenderam responder.

<sup>6</sup>Nem todas as questões envolvem diretamente a área de intervenção dos intervenientes, pelo que estes podiam optar pronunciar-se apenas sobre as que lhe eram mais próximas.

<sup>7</sup>Nomeadamente do Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2012, da autoria do Instituto de Segurança Social

<sup>8</sup>Da autoria da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

2. Com base nas suas narrativas, entende-se que a maioria dos envolvidos no estudo percebem pouco investimento pessoal dos recursos humanos das instituições onde foram acolhidos, assumindo que além de distantes, não teriam as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada.

3. Relativamente à escolaridade das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2011 e na sequência dos anos anteriores, o insucesso escolar assume alguns dados preocupantes: 42% do total de crianças com 11 anos ainda estavam a frequentar o 1º ciclo; 56,7% das crianças com 13 anos não completaram o 2º ciclo e apenas 30% frequentavam o 3º; quase 89% dos menores com 14 ou mais anos não completaram o 2º ciclo; dos jovens com 15 ou mais anos, apenas 31% saíram com a escolaridade obrigatória e destes, mais de 1/5 concluíram o 9º ano frequentando currículos alternativos.

4. Das 2634 crianças ou jovens que saíram do sistema de acolhimento, 2416 cessaram o acolhimento por ter sido concretizado o seu projeto em meio natural de vida, embora 109 se encontrassem em fuga ou sem destino conhecido, sendo que nestas situações, após o cumprimento das diligências junto das autoridades policiais ocorre, regra geral, decisão judicial de arquivamento da sua medida.

A explicação do trabalho foi realizada pessoalmente a cada um dos técnicos. Posteriormente foi enviado por correio eletrônico o documento com as 4 sínteses conclusivas sobre as quais as reflexões escritas deveriam incidir. Cada participante remeteu os seus comentários fundamentados, igualmente por correio eletrônico.

Apesar da insistência por parte do investigador, dos 14 participantes contactados para este estudo, apenas 12 respostas chegaram dentro do prazo razoável para levar a cabo o trabalho, acabando por ficar distribuídas uniformemente – três respostas por cada Ministério, abrangendo investigadores académicos, juristas, polícias, psicólogos, sociólogos, professores, procuradores, técnicos de serviço social e diretores de LIJ, às conclusões mais relevantes extraídas dos trabalhos supra citados.

Relativamente à recolha e tratamento da informação, foi seguido um *audit-trail* que, por um lado teve por base a análise fenomenológica, em que a descrição e interpretação dos fenómenos da perspectiva do sujeito e suas intenções foram o ponto de partida e, por outro, a análise de conteúdo com o recurso a um programa informático destinado à investigação qualitativa geral - WebQDA.

### **3. Resultados**

As opiniões dos intervenientes serão indicadas após cada síntese, privilegiando as mais corroboradas e melhor fundamentadas, mas sempre registrando as restantes.

1ª Síntese conclusiva da percepção dos adultos ex-institucionalizados:

É notória a percepção que os intervenientes no estudo têm do corte abrupto com o meio familiar e social de origem no momento da entrada no Lar de acolhimento e do “desaparecimento” da instituição após a sua saída. Pode ainda concluir-se que, nas Instituições em estudo, os acolhidos praticamente não encontraram relações com cuidadores afetivas significativas e securizantes, sobressaindo as relações de quase indiferença ou mesmo ruturas e perdas sucessivas.

Com a entrada para uma Instituição que acolhe crianças e jovens, verifica-se que em muitos casos há uma ruptura profunda com a família biológica, podendo este corte dever-se a fatores como o próprio desinteresse da família, a não aceitação por parte da criança ou jovem da sua nova realidade e demonstrar a sua revolta ao recusar-se a falar ou ver a família, a falta de condições económicas para se deslocarem à Instituição de acolhimento - ocasionalmente situado bem longe da área de residência - ou até o regulamento interno da Instituição que por vezes é pouco flexível no que diz respeito a contactos entre os menores e os familiares. O momento do acolhimento de uma criança/jovem deixa marcas profundas e tem repercussões a vários níveis que não serão esquecidas, e que o acompanharão para o resto da vida. Uma questão fundamental é a família de origem que na maioria das situações, faz o seguinte percurso: inicialmente, uma insistência quase sufocante dos familiares para contactar e visitar o menor, total disponibilidade para solicitar a saída do Lar ao Tribunal, CPCJ, Segurança Social e falar com todos os Técnicos envolvidos; numa segunda fase, aceitam as regras da Instituição e vão visitando conforme as marcações prévias; numa fase posterior, lembram-se das crianças/jovens em épocas festivas, vão alterando os dias de visita por impossibilidades pessoais e levam as suas vidas sem que esses menores façam parte do seu projeto de vida.

*A criança/jovem não esquece a família, sujeita-se sim, às regras institucionais e, em muitos casos, à falta de condições para estabelecer contactos frequentes, pois embora inicialmente se verifique um esforço nesse sentido, este vai-se esbatendo com o tempo, restringindo-se tantas vezes a contactos pontuais.*

(Participante L – Ministério da Solidariedade e Segurança Social)

Por seu lado, o acolhido não esquece a família, sujeita-se sim, às regras institucionais e noutros tempos, à falta de condições para estabelecer contactos frequentes. Vai seguindo o seu projeto de vida com o tal “corte abrupto”. Atualmente promove-se o contacto com a família, claro que respeitando regras e normas institucionais, mas tendo em conta o superior interesse do menor e o seu bem-estar.

*Estão vivos, são filhos de alguém, netos de alguém, primos, irmãos e, de repente, passam a ser apenas indivíduos, com nome próprio e um lugar num beliche, ou num quarto, partilhado com os seus novos “amigos”, que não escolheram, nem desejaram. Perdem as suas referências espaciais, a família, os objetos de referência... De tudo o que lhes é familiar e constitui o seu pequeno mundo, sobram eles próprios, ainda assim quebrados na fantasia e na realidade. O ser em relação é esbatido e a unicidade perde-se, num contexto em que a identidade é dirimida.*  
(Participante A – Ministério da Solidariedade e Segurança Social)

Em muitos casos, a Instituição “desaparece” após a saída, apagando-se um passado nada fácil de relembrar, não só pela recordação de uma família que não cuidou deles, como pelo próprio acolhimento que não sendo fácil nem simplista, também pode ser maltratante. Para além da família que tantas vezes os abandona, que rompe com eles ao longo do acolhimento, vão “cortando” com pessoas de referência, professores e técnicos que foram importantes na reabilitação e apoio, mas que pertencem a um conjunto de cuidadores que entram e saem, num ritmo que os ultrapassa.

*A revolta e a dor são facilmente entendíveis se imaginarmos ser arrancados de um meio e colocados noutra, onde a própria dimensão do espaço, de pares, de cuidadores e de regras pode assustar. (...) A afirmação pessoal nem sempre é fácil e as noites ou alguns recantos, podem ocultar conflitos com os mais velhos ou dramas interiores.*  
(Participante E – Ministério da Educação e Ciência)

Recorrentemente podem-se encontrar jovens que passaram dez, quinze ou mais anos institucionalizados e que por imposição do sistema são “mandados embora” sem qualquer tipo de apoio. Talvez seja este um dos aspetos que mais precisa de ser alterado e trabalhado pelas Instituições de acolhimento que “despejam” na sociedade jovens sem preparação nem suporte (financeiro, familiar, institucional ou social), obrigando-os a lutar para sobreviver ou arriscando uma entrada no submundo da criminalidade ou da mendicidade. Não há um sentido de responsabilidade (Instituição de acolhimento, Segurança Social, família biológica...) para com estes jovens - é como se a partir do momento em que abandonam o Lar, deixassem de existir.

*Após a saída das Instituições de Acolhimento é demasiado frequente uma saída sem apoio de retaguarda, algumas vezes motivada pela irreverência e imaturidade dos jovens, mas tantas outras por uma falta de responsabilidade institucional.*  
(Participante C – Ministério da Administração Interna)

Os LIJ, até por serem a resposta social que pressupõe maior tempo de acolhimento, terão verdadeiramente que se preocupar em dotar os jovens adultos (que ao chegarem ao limite de idade admitida para permanecerem na Instituição, são “atirados” para a nossa sociedade) com um conjunto de soluções para o futuro, incluindo ainda um elo

de ligação com a Instituição de modo a que perante as dificuldades que viessem a existir, o jovem a reconhecesse como porto de abrigo, capaz de o ajudar.

*Verifiquei que além do corte repentino com o meio familiar e social de origem, também no momento da saída da Instituição, as relações com a maioria dos cuidadores não deixam grande nostalgia, nem por parte de quem fica, nem mesmo pela maioria dos jovens que deixam o Lar.*

(Participante E – Ministério da Educação e Ciência)

2ª Síntese conclusiva da percepção dos adultos ex-institucionalizados:

Com base nas suas narrativas, entende-se que a maioria dos envolvidos no estudo percebem pouco investimento pessoal dos recursos humanos das instituições onde foram acolhidos, assumindo que além de distantes, não teriam as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada.

Muitos dos profissionais que trabalham nos LIJ são apenas isso, profissionais. Com interesses diversificados e com objetivos particulares e que, em muitos casos, não encontram nos seus locais de trabalho as oportunidades de satisfazerem esses interesses, ou mesmo as suas aspirações de carreira e de progressão. Referira-se que muitos destes profissionais têm as suas próprias famílias, dividindo-se entre elas e o emprego, criando questões de difícil resolução ao distribuir a disponibilidade de tempo, afetiva, emocional e até mesmo o esforço extra que momentos de crise podem exigir.

*Este trabalho muitas vezes é visto como uma obrigação, um turno que se tem que cumprir, sem ter como prioridade o atenuar de eventuais carências das crianças e jovens, talvez apenas possível se se depositar algum espírito de missão.*

(Participante L – Ministério da Solidariedade e Segurança Social)

Uma parte considerável dos recursos humanos – cuidadores – não é recomendável para este acompanhamento diário, pois a sua seleção nem sempre é criteriosa e nota-se falta de formação adequada, bem como de valores morais e de cidadania. Muitos funcionários criam uma imagem negativa dos acolhidos, valorizando em demasia os seus defeitos, não atendendo às suas vicissitudes. Para agravar esta dificuldade de relacionamento entre alguns cuidadores e as crianças, contribui também o facto de alguns terem já cinco ou seis décadas de existência, mostrando uma postura antiquada e inflexível e já trabalharem há muitos anos na Instituição, o que por cansaço, resignação, desmotivação ou mesmo por falta de vocação, desistiram (se é que alguma vez tentaram) de acarinhar, educar e transmitir valores.

*Em termos de relações humanas há um grande caminho a percorrer pelas pessoas que privam com crianças e jovens institucionalizados, será necessário “escolher” as pessoas certas para esta realidade, o que não acontece hoje em dia. A pouca formação e falta de sensatez torna-se gritante quando as situações de conflito surgem. Para além disso é urgente reformular algumas das funções da Instituição de Acolhimento.*  
(Participante H – Ministério da Educação e Ciência)

*Penso que em termos de relações humanas ainda há um grande caminho a percorrer pelas pessoas que privam com crianças e jovens institucionalizados, será necessário “escolher” as pessoas certas para esta realidade, o que não acontece hoje em dia. Para além disso é urgente reformular algumas das funções da Instituição de Acolhimento. Esta terá verdadeiramente que se preocupar em dotar os jovens adultos que ao chegarem ao limite de idade admitida para permanecerem na Instituição, são “atirados” para a nossa sociedade de um conjunto de soluções para o futuro. Porém deveria haver também um elo de ligação com a Instituição de modo a que perante qualquer dificuldade que viesse a existir, o jovem saberia a quem pedir ajuda. Foi notória a falta de afeto e muitas vezes a falta de respeito de muitos dos cuidadores, que sem dúvida se repercutiu nos jovens.*  
(Participante G – Ministério da Justiça)

Sendo assim não é de admirar de forma alguma que os acolhidos praticamente não criem relações afetivas marcantes e duradouras com os cuidadores que perdem mesmo após a saída da instituição.

*A permanência na Instituição poder-se-á comparar a uma qualquer estada num hotel onde são satisfeitas as nossas necessidades básicas, mas quando saímos de vez, nem sabemos o nome do porteiro que nos abria a porta todos os dias de manhã.*  
(Participante B – Ministério da Solidariedade e Segurança Social)

Mas alguns investem, incluem a vida das crianças na sua, estão disponíveis, lutam pelos direitos delas e acima de tudo gostam deles e dão-lhes afeto. Talvez nem sempre reconhecido, pois nem todo o trabalho é do conhecimento das crianças e jovens, muitas funções que dizem respeito aos seus projetos de vida, são processadas sem que estejam presentes, daí alguns pensarem que há alheamento dos profissionais.

*Ainda assim, são conhecidos vários exemplos de adultos (com percurso de institucionalização) que mencionam relações significativas com determinados funcionários ou técnicos de uma ou outra Instituição, ainda que em número claramente inferior àquele que seria desejável.*  
(Participante D – Ministério da Justiça)

Sobre as relações com os cuidadores, existem estudos realizados por entidades referidas neste trabalho, que tendem a comprovar a dificuldade no estabelecimento de relações significativas devido ao número excessivo de crianças institucionalizadas face ao número reduzido dos funcionários e também pelas lacunas observadas na sua formação técnica e vocação pessoal. No entanto, não pode haver, qualquer impulso de generalização pois com a introdução do plano DOM tem vindo a ser feito um esforço de melhoria dos quadros de colaboradores das Instituições que se tem comprovado de

sucesso<sup>9</sup>. Assim, a crítica que ressalta da conclusão apresentada podia durante largos anos colher alguma adesão, mas com a entrada em vigor do referido plano em 2007, algumas Instituições têm vindo a empenhar-se na procura de técnicos com perfil adequado às funções, embora em outras áreas de intervenção (cozinheiras, auxiliares, motoristas, etc.), ainda não se verifiquem melhorias significativas<sup>10</sup>.

*É urgente a formação de uma grande parte dos funcionários que cuidam destas crianças e jovens. Parece-me fundamental, que quem cuida seja sensível, humano e sobretudo saiba amar, pois só assim, será possível devolver-lhes alguma paz e confiança no futuro.*

(Participante F – Ministério da Educação e Ciência)

3ª Síntese conclusiva da perceção dos adultos ex-institucionalizados:

*Relativamente à escolaridade das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2011 e na sequência dos anos anteriores, o insucesso escolar assume alguns dados preocupantes: 42% do total de crianças com 11 anos ainda estavam a frequentar o 1º ciclo; 56,7% das crianças com 13 anos não completaram o 2º ciclo e apenas 30% frequentavam o 3º; quase 89% dos menores com 14 ou mais anos não completaram o 2º ciclo; dos jovens com 15 ou mais anos, apenas 31% saíram com a escolaridade obrigatória e destes, mais de 1/5 concluíram o 9º ano frequentando currículos alternativos.*

O insucesso escolar, bem como o absentismo, não sendo exclusivos dos menores institucionalizados, registram agravamento nas populações de risco, para quem a escolaridade não assume a mesma importância que noutros estratos da sociedade. O que motiva o acolhimento de crianças e jovens é habitualmente abandono da família, negligência, maus-tratos físicos e/ou psicológicos, concluindo-se que os progenitores ou cuidadores das crianças tenham falta de competências parentais resultando em processos de vinculação deficitários e falta de estimulação precoce das crianças e jovens. Neste sentido, estas crianças apresentam muitas vezes défices cognitivos que variam entre o ligeiro e o grave e que não permitem seguir um processo de aprendizagem dentro dos padrões normais, resultando em retenções, currículos alternativos e formações profissionais na área da deficiência.

<sup>9</sup> Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças tem como objetivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de lares de infância e juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização em tempo útil.

<sup>10</sup> Em 2012 o plano DOM deu origem ao Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), de âmbito nacional. Tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização.

*O comprometimento cognitivo de parte da população institucionalizada, pode ser associado a hábitos de consumo dos progenitores, a falta de estimulação ou a erros na nutrição precoce, entre outras causas de responsabilidade parental.*  
(Participante E – Ministério da Educação e Ciência)

A carência afetiva associada a uma eventual instabilidade emocional e ausência de modelos parentais estruturantes, afastam a previsibilidade da sua importância para o futuro (projeto de vida) concorrendo para aumentar a dificuldade numa integração e progressão. Já a angústia e revolta pela institucionalização – que normalmente desenraíza o jovem do seu ambiente escolar regular, nem sempre permitem a estas crianças uma disponibilidade mental e emocional para a aprendizagem.

*A afetividade - ou a falta de uma satisfação do indivíduo a este nível, a falta de autoestima, a (de)formação da identidade (o ser em relação a um contexto familiar e social nutritivo) contribuem para o insucesso escolar. No entanto, as baixas expectativas, muitas vezes colocadas no jovem institucionalizado, onde frequentemente se “nívela por baixo”, são também propensas a um investimento deficiente, talvez distorcido, do indivíduo em si próprio face às expectativas criadas.*  
(Participante H – Ministério da Educação e Ciência)

A situação da escolaridade das crianças e jovens em acolhimento está na mesma linha das preocupações registadas no quotidiano de muitas escolas, sendo objeto de referência em documentos nacionais e internacionais, onde chega a ser referido que alguns grupos na sociedade são particularmente afetados pelo abandono escolar precoce, nomeadamente os jovens a cargo da assistência social. A Escola do século XXI tem pois a necessidade e a oportunidade de responder às exigências que lhe são colocadas, no caso das crianças e jovens institucionalizados, recorrendo à mobilização e adoção atempada do que de melhor existe ao dispor em termos de ambiente escolar seguro e acolhedor, organizado como “*comunidade de aprendizagem*” associado a uma forte cooperação escola-instituição de acolhimento.

A par das condições referidas importa conjugar outras que, mediante o(s) caso(s), podem ser determinantes no sucesso do percurso escolar das crianças e jovens institucionalizados, destacando, as oportunidades educativas diversificadas e flexíveis que contribuam para um percurso escolar bem sucedido, a oferta de atividades extra-curriculares, de serviços de orientação e aconselhamento, bem como o reforço do apoio ao estudo. Também a adoção de estratégias pedagógicas personalizadas e outras capazes de responder às suas características, potencialidades e necessidades, além de dar significado e promover a excelência das suas aprendizagens académicas,

o pleno desenvolvimento dos seus talentos e a sua formação integral são importantes por constituírem como fator capaz de minorar, ou mesmo extinguir, os obstáculos que possam comprometer a construção da sua autonomia. É de todo crucial que sejam acompanhados com especial atenção não só por parte dos cuidadores da Instituição, mas pelos docentes dos estabelecimentos de ensino, pois o sucesso aumenta quando se sentem mais integrados e apoiados.

4ª Síntese conclusiva da percepção dos adultos ex-institucionalizados:

Das 2634 crianças ou jovens que saíram do sistema de acolhimento, 2416 cessaram o acolhimento por ter sido concretizado o seu projeto em meio natural de vida, embora 109 se encontrassem em fuga ou sem destino conhecido, sendo que nestas situações, após o cumprimento das diligências junto das autoridades policiais ocorre, regra geral, decisão judicial de arquivamento da sua medida.

Realisticamente, quando ocorre o acolhimento, as perspectivas de retorno ao meio natural de vida são muito reduzidas, pois na intervenção protetiva preconizada, existe grande preocupação em recorrer-se ao acolhimento institucional apenas como último recurso, como medida extrema quando todas as outras alternativas foram esgotadas e não se verificou qualquer mudança. Ou seja, são realizados todos os esforços e planeado trabalho com as famílias de modo a conseguirem-se mudanças que efetivamente protejam a criança/jovem e promovam os seus direitos. Ou seja, só quando todos esses esforços não surtem qualquer efeito e, portanto, se esgotam as alternativas, é que se recorre à institucionalização.

Por outro lado, a desinstitucionalização não tem sido um objetivo fácil de cumprir, tanto pela ausência de competências familiares para um retorno à origem, como pela debilidade das crianças e jovens para se autonomizarem e, noutras situações, por realmente se estar a trabalhar num projeto de vida que necessita de investimento até à data limite para a saída - 21 anos.

*Espelham um longo caminho que falta percorrer, uma longa caminhada, que se adivinha lenta e sinuosa, se tivermos em conta a morosidade da implementação da legislação em vigor e a atual conjuntura social, política e económica que o país atravessa.*

(Participante J – Ministério da Justiça)

Ainda que se possa enquadrar a questão da saída de crianças e jovens do sistema de acolhimento num cariz mais de intervenção judicial e não encontrando a polícia os menores, apesar dos pedidos de localização, não parece haver alternativa ao

arquivamento. Por outro lado, não pode ser esquecida, em muitos casos, a falta de recursos, agora da parte da polícia, para executar o seu trabalho, o que faz com que não se consiga localizar as crianças e jovens, e conseqüentemente a impossibilidade de as avaliar e trabalhar. O arquivamento serve então o propósito de não tornar o processo obsoleto, no entanto, é de salientar que caso venham a ser localizados a polícia comunica e o processo pode ser imediatamente reaberto, até porque ele é dinâmico e um arquivamento não significa que seja definitivo.

Também não são inéditas decisões judiciais de arquivamento com fundamento na denominada “ineficácia da medida”, sobretudo nos casos de repetidas fugas a que o sistema não pode pôr termo, até pela ausência em Portugal, de medidas de proteção de cariz contentor. Este fenômeno redundaria num atestado de incompetência do Estado para cumprimento de um dos seus mandamentos constitucionais e que se prende, precisamente, com a proteção de infantes e jovens, razão pela qual aquele tipo de arquivamento não é, de todo, isento de críticas.

#### **4. Discussão de resultados e conclusão**

Em trabalhos anteriores procurou-se reunir as opiniões de jovens adultos que viveram em instituições muito tempo e neste artigo quisemos confrontá-las com as perspectivas dos *players* agora envolvidos e a eventual convergência com a literatura consultada.

Quando é necessária uma institucionalização, algo de muito grave se estará a passar com a família de origem da criança/jovem, sendo entendimento dos participantes neste estudo que é necessário realizar-se um trabalho aprofundado com essa família de modo a promover a mudança que permita as condições mínimas para que a criança/jovem retorne. Numa grande parte das situações não existem respostas na comunidade, por exemplo, ao nível da saúde mental, do acompanhamento domiciliário, da intervenção social, entre outros, ou então as respostas são claramente insuficientes relativamente às necessidades, o que gera um déficit que não permite que se obtenham as mudanças necessárias e, portanto, que as famílias reúnam as condições mínimas para que a criança/jovem possa retornar ao seu meio natural de vida. Apesar de todas as condicionantes familiares, é importante a manutenção dos laços familiares, bem como evitar desmembrar fratrias (LIMA, 2010), embora cada vez seja mais difícil encontrar uma instituição com vagas para acolher uma família de 3 ou mais irmãos.

Ao serem acolhidas, as crianças fazem-no em circunstâncias de fragilidade psicológica e mesmo física (LIMA, 2010), tornando ainda mais importante o ambiente envolvente, como um pilar importante no sucesso do complexo percurso de autonomização. Mas as instituições nem sempre se pautaram por oferecer alternativas relacionais estruturantes, securizantes, nem por preparar a integração social e laboral futura, (QUINTÃS, 2009), constituindo-se apenas como um espaço diferente do familiar, mas sem proporcionar um clima de felicidade, amor e compreensão, que concorreria para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade.

Diversos estudos verificaram que os Lares de Infância e Juventude muitas vezes não proporcionavam relações afetivas significativas e securizantes, sobressaindo antes a descontinuidade, a mudança, ruturas e perdas sucessivas, reforçando a informação da investigação teórica que considera o acolhimento institucional como multiplicador do carácter paradoxal das suas vivências (MARTINS, 2004), sendo impactante ao nível do desenvolvimento das capacidades essenciais, intelectuais, sociais e morais (BRAZELTON & GREENSPAN, 2002).

Entendem os *players* envolvidos na pesquisa que o corte abrupto com o meio familiar e social de origem ao longo da infância e/ou adolescência associado ao “*desaparecimento*” da instituição que os acolheu e na qual não encontraram ou estabeleceram relações afetivas significativas ao longo do tempo em que nela viveram, constitui certamente um enorme obstáculo no seu desenvolvimento que importa saber ultrapassar e para o qual é necessário mobilizar a escola e a comunidade. Lima (2010), considera que os acolhidos não se sentem preparados para a autonomização e chegam a rezear a transição para o meio exterior. A mesma autora aponta para um acompanhamento efetivo por parte da instituição, mesmo após a sua saída, ou em alternativa, estruturas que forneçam um suporte real aos jovens autonomizados, no fundo, os apartamentos de autonomização.

Para os participantes neste estudo, idealmente, as instituições de acolhimento seriam uma reprodução do ambiente familiar, onde impera a proteção, a definição de limites, a nutrição afetiva, a promoção da autonomização, entre outros. No entanto, as vicissitudes - condições financeiras, elevado número de jovens, recursos humanos, etc., obrigam a que os seus ambientes se revistam principalmente de um cariz profissionalizado, até porque, após todos os esforços que envidam, não conseguem ir além disso mesmo. Reconhece-se uma grande falta de investimento por parte de

alguns funcionários e técnicos, indo ao encontro de (QUINTÃS, 2009), que no seu estudo indicou serem percebidos como distantes e como não tendo as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada. Algumas experiências avaliadas como negativas envolveram vitimização por parte dos seus pares e incapacidade de estabelecer uma relação mais próxima com os cuidadores, devido à elevada rotatividade ou reações hostis (LIMA, 2010). Apesar de não ser uma experiência consensual, pode acontecer que uma organização monopolista (o controle e poder de decisão é centrado num só indivíduo – normalmente o Diretor) ou com recursos humanos sem preparação técnica, ou existindo esta, o seu detentor é pouco mais que figurativo, possa ser ela própria, a origem de maus-tratos. Merece particular destaque a referência a situações de maltrato institucional (LINARES, 2000), nomeadamente, maus-tratos físicos, emocionais e abuso sexual e guerras de poder (RAYMOND, 1998) por parte destes recursos humanos.

Nos técnicos consultados, há uma opinião predominante sobre a necessidade das políticas para a infância e juventude em geral, serem convergentes e abrangentes entre diferentes ministérios (educação, saúde, segurança social, emprego, justiça e administração interna). São necessários médicos de família ou especialistas, nomeadamente em pedopsiquiatria, professores, psicólogos e técnicos de serviço social, polícias, com formação específica para intervir com crianças e jovens em risco e com as suas famílias em diferentes contextos. Os dirigentes políticos e dirigentes das Instituições envolvidas têm que ser sensíveis às questões da infância e juventude e ter permeabilidade à mudança. É ainda fundamental que se acompanhe a situação da criança de forma articulada e organizada. Mesmo quando existe uma decisão judicial, a execução das medidas que visam o superior interesse da criança, tem de ser acompanhada e avaliada. É por isso que o sistema de comunicações e informações entre as várias entidades que intervêm deve ser melhorado, para que todos (comissões e/ou tribunais) tenham o conhecimento da situação e da sua evolução (REIS, 2009). Atualmente não há registo sobre se os atos criminosos investigados em Portugal são perpetrados por institucionalizados ou ex-institucionalizados, apenas a perceção de especial incidência de fugas, furtos e lenocínio, associado a um reduzido controlo sobre os acolhidos, podendo estes sair livremente, faltar às aulas ou pernoitar fora.

Entretanto, das opiniões recolhidas resulta que devemos levar em consideração que estes jovens surgem, na sua esmagadora maioria, de núcleos familiares desajustados,

em que não se encontrou sequer, na família alargada, qualquer tipo de resposta imediata. Por outro lado, o desajuste parental muitas vezes deve-se a dependências, estilos de vida desadequados, baixas competências profissionais e pessoais, além da não valorização do ensino, o que pode justificar de alguma maneira a ausência de um sucesso equiparado a quem não sofreu traumas, abandonos ou maus-tratos. A par da família, a educação e a escola assumem uma função essencial na promoção da autonomia, no desabrochar de talentos e no favorecimento das condições adequadas ao pleno exercício da cidadania. Refira-se a necessidade das escolas, de uma forma geral e através dos seus *curricula*, ainda algo inflexíveis, responderem às necessidades e motivações destes jovens, nomeadamente, de ação mais prática, numa vertente de execução, com tarefas objetivas, direcionadas e sequenciadas, que estimulem as suas aptidões. Afinal, a justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares constituem um precioso valor no mundo ocidental e são deveres consagrados na lei de bases do sistema educativo português em torno dos quais se alicerça a missão da escola. Um acolhimento de qualidade, assente no desenvolvimento e bem-estar afectivo e educacional das crianças e jovens, aliado a um empenho na execução do projeto de vida e um acompanhamento em termos emocionais e materiais após deixarem a instituição, podem transformar o “risco” em oportunidade, contribuindo para a aquisição de recursos e competências para a sua vida autónoma (MARTINS, 2004).

Este estudo tenta atenuar as limitações criadas por uma abordagem apenas centrada nas narrativas dos sujeitos (normalmente partindo de amostras reduzidas que obrigam a uma ponderação cuidadosa dos resultados obtidos) e nas suas recordações retrospectivas. Com a conjugação das reflexões críticas por parte de intervenientes no processo educativo, social e pessoal de menores em risco, obtiveram-se novas perspectivas que forneceram um conjunto de informações mais completo acerca da institucionalização, no sentido de obter uma maior compreensão desta realidade.

Tendo consciência que o impacto da institucionalização não desaparece, muitas vezes mau, algumas vezes bom, a maior parte das vezes - como acontece em todas as experiências duradouras da nossa vida - bom e mau, prolonga-se naquele que é o tempo de vida do sujeito, mantendo vivas as experiências, as referências e os traumas. Tal como diversos estudos indicam, confirma-se a falta de relações afetivas significativas e securizantes com os cuidadores, em parte devido à ausência de

características pessoais e profissionais adequadas à função por eles desempenhada. Este facto potencia o sentimento de perdas sucessivas, concorrendo para uma limitação nas vinculações, potenciando a vulnerabilidade dos jovens quando saem deste sistema, a factores associados com a exclusão social (TAYLOR, 2004).

Este tema entreabre sempre novas portas na investigação académica e não podemos esquecer os jovens que permanecem nas instituições, e vão permanecer... e para esses quais as medidas e apoios? Como se organizam os afetos? Quais as suas necessidades? Quais os constrangimentos das instituições? Qual a formação dos seus profissionais e dirigentes? Qual a estrada que nos leva aos afetos e o criar laços nas Instituições, para assim evitar que continuem as gerações futuras num “crescer vazio”? Talvez esta seja uma das questões mais polémicas e de difícil solução... mas igualmente um desafio a seguir, para uma verdadeira resposta de qualidade das Instituições. A panóplia de entidades envolvidas no acolhimento de crianças e jovens, deve olhar para estes não só como merecedores de complacência, mas como cidadãos de pleno direito e, numa visão mais empreendedora, potenciais geradores de riqueza. Os Lares de acolhimento devem assumir como prioridade dotar os cuidadores que lidam diretamente com estas crianças desfavorecidas, de formação profissional e pessoal, pois têm a digna tarefa de substituir pais e representar toda a sociedade.

## 5. Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.
- BRAZELTON, Berry & Greenspan, Stanley. **A criança e o seu mundo. Requisitos essenciais para o crescimento e a aprendizagem**. Lisboa: Editorial Presença. 2002.
- COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO. **Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores**. Disponível em <<http://www.portugal.gov.pt>>. 2013. Acesso em: 12 nov. 2013.
- DELGADO, Paulo. O Acolhimento Familiar em Portugal - conceitos, práticas e desafios. **Psicologia & Sociedade**, 22(2), p.336-344. 2010.
- EUROCHILD. *Children in alternative care - National Surveys*(2nd ed.). Consultado em 12/01/2012, disponível em <<http://www.eurochild.org>>. Acesso em 2013.

GASPAR, João Pedro. Do acolhimento à autonomização: o que dizem adultos que viveram institucionalizados. Breves notas metodológicas. **Revista Eletrônica Polêmica**, 12 (1). P.7-21. 2013.

GASPAR, João Pedro, ALCOFORADO, Luís & SANTOS, Eduardo. (no prelo). *Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude.*

GASPAR, João Pedro, SANTOS, Eduardo. & ALCOFORADO, Luís. (no prelo). Desafios da autonomização: estudo das transições, segundo jovens adultos ex-institucionalizados. **Revista Psicologia Clínica.**

INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL. **Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento (2006-2013).** Lisboa: ISS.

LIMA, Luiza. **Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados.** 2010. 362F. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Coimbra, Coimbra 2010.

LINARES, Juan. El maltrato institucional. In Linares J.L. (Ed), **Del abuso Y otros desmans** (pp. 81- 109). Barcelona: Paidós. 2002.

MARTINS, Paula. **Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco - Representações, Espaços e Modos.** 2004. 752F. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) - Universidade do Minho, Braga, 2004.

MAYRING, Ph. **Introdução à pesquisa social qualitativa.** Weinheim: Beltz. 2002.

QUINTÃNS, Cláudia. **Era uma vez a Instituição onde eu cresci: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização.** 2009. 221F. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Justiça) - Universidade do Minho, Braga, 2009.

RAYMOND, Marie-Thérèse. Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição. **Infância e Juventude**, 3, p.9-75. 1998.

REIS, Victor. **Crianças e jovens em risco - contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco.** 2009. 457F. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

SCHLOSSBERG, Nancy, WATERS, Elinor & GOODMAN, Jane. **Counseling adults in transition.** New York: Springer. 1995.

TAYLOR, Claire. Justiça para Crianças Integradas no Sistema de Protecção. **Infância e Juventude**, 1, p.56-77. 2004.